

- De acordo com o comando de cada uma das questões de 1 a 25, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – questões de 1 a 3

Judiciário: do caos à ordem

1 Atualmente, tornou-se quase rotineiro dizer que o
Estado, nas três dimensões — Legislativo, Executivo e
Judiciário —, encontra-se em crise, conclusão que, além de
4 apressada, parece carecer de uma avaliação equidistante do
momento ora vivido. Sucedem-se manchetes sobre
escândalos dos mais variados matizes, a envolverem tanto o
7 desapego, por certos administradores, a princípios, quanto a
morosidade da justiça ou a violência urbana. Nesse cenário,
o Judiciário afigura-se como a maior caixa de ressonância dos
10 inconformismos externados pela população.

O brasileiro reclama, com razão, da duração de um
processo, intuindo ser a celeridade indispensável para se
13 alcançar o objetivo precípuo da jurisdição: o restabelecimento
da paz social momentaneamente abalada pelo conflito de
interesses. Entretanto, mesmo tendo um direito espezinhado,
16 confia ainda o jurisdicionado na atuação do Estado-juiz e, por
isso, deixa de acionar outros meios de solução de pendências,
distanciando-se, assim, à mercê de paixões condenáveis, da
19 composição amigável.

É certo que alguns fatores persistem, dificultando a
entrega da prestação jurisdicional em tempo hábil, a prolaxão
22 da sentença final em período norteado pela razoabilidade.
Citem-se, para exemplificar, o descompasso entre órgãos
julgadores e população, a falta de um crivo rigoroso na
25 tramitação do processo legislativo e a ausente independência
técnica, por vezes, do profissional da advocacia,
especialmente na área do Estado. Não obstante, a época é de
28 evolução. Dia a dia, busca-se o aprimoramento da máquina
judiciária, introduzindo-se formas desburocratizadas de
atuação do Estado-juiz, como vem ocorrendo com os juizados
31 especiais. Sob o ângulo das leis, cresce a atenção dada aos
anseios da sociedade, à necessidade de prevalecerem, sempre,
as balizas maiores do estado democrático de direito, os
34 ditames da Constituição da República, que a todos,
indistintamente, submete.

Quanto à fúria normatizadora, é preciso aprender-se,
37 vez por todas, que a vida gregária pressupõe regras estáveis
e, portanto, duradouras, abandonando-se o vício de acreditar-se
na edição de leis como meio de avançar-se, alcançando-se
40 dias melhores. O Brasil não precisa de novos diplomas legais,
mas de homens que observem os existentes.

Marco Aurélio de Mello. **Judiciário: do caos à ordem**. In: **O Globo**, 20/5/2002, "Opinião".

QUESTÃO 1

Considerando as estruturas do texto I, as idéias nele apresentadas e a Lei Complementar n.º 47/1995, que instituiu o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre, julgue os itens seguintes.

- 1 De acordo com as palavras do autor, malgrado esteja o Estado brasileiro em crise em suas três dimensões, o Poder Judiciário encontra-se em um momento de franca evolução, canalizando os anseios da população e aprimorando a máquina judiciária.
- 2 Segundo o texto, como o brasileiro ainda acredita na atuação do Estado como juiz dos conflitos de interesses, evita acionar outros meios para a solução de pendências, como a composição amigável.
- 3 O segmento “É certo que” (l.20) introduz um argumento que reconhece o ponto de vista contrário àquilo que o autor busca defender no texto; tal argumento torna-se objeto de contestação a partir da expressão “Não obstante” (l.27) até o final do terceiro parágrafo.
- 4 A prestação jurisdicional se efetiva, no Acre, pela atuação dos órgãos do Poder Judiciário do estado, que incluem o tribunal de justiça, os tribunais do júri e os juizes de direito.
- 5 Na tentativa de resolver os litígios de forma mais célere e devolver a paz social aos jurisdicionados, no estado do Acre, o tribunal pleno pode propor ao Poder Legislativo a criação de novos juízos e comarcas.

QUESTÃO 2

Com relação às estruturas do texto I, às idéias nele apresentadas e à Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens abaixo.

- 1 De acordo com o texto, uma vez deflagradas as querelas judiciais entre os agentes sociais e interrompida a paz social, a celeridade do processo judicial torna-se o principal objetivo da jurisdição.
- 2 Na linha 36, a expressão “fúria normatizadora” está sendo utilizada para apresentar um ponto de vista positivo com relação à edição de leis e poderia ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por **fúria legiferante**.
- 3 No exercício da função de fiscalizar e orientar a justiça estadual, buscando preservar o regular andamento dos serviços judiciais, o corregedor geral da justiça deverá visitar, a cada ano, pelo menos metade das comarcas do estado.
- 4 É freqüente no texto a inversão da ordem sintática sujeito/verbo, mais comum, para verbo/sujeito, o que se pode interpretar como característica do discurso jurídico. Alguns exemplos dessa inversão são: “Sucedem-se manchetes” (l.5), “confia ainda o jurisdicionado” (l.16) e “cresce a atenção” (l.31).
- 5 Com relação às leis e à possibilidade de declaração de sua inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário do Acre, somente pelo voto unânime de seus membros pode o tribunal pleno declarar determinada lei inconstitucional.

QUESTÃO 3

No que se refere às idéias e expressões do texto I e à ortografia oficial, julgue os itens a seguir.

- ❶ Estão corretas as seguintes relações entre expressão e sentido: “Atualmente” (l.1) indica tempo presente não-especificado em relação ao calendário; “Dia a dia” (l.28) indica frequência; “indistintamente” (l.35) indica modo.
- ❷ O texto descreve um estado de coisas objetivamente, com isenção de juízos de valor, o que se percebe particularmente no primeiro e no último parágrafo.
- ❸ O substantivo “jurisdição” (l.13) está sendo empregado no texto como sinônimo de **alçada**.
- ❹ De acordo com a norma culta da língua portuguesa, a expressão adverbial “Dia a dia” (l.28) admite a grafia alternativa **Dia-a-dia**.
- ❺ A substituição do trecho “Quanto à fúria (...) regras estáveis” (l.36-37) por **Com relação à fúria normatizadora, é preciso aprender, de uma vez para sempre, que viver em grupo pressupõe a existência de regras estáveis** seria correta e manteria o sentido original do texto.

Texto II – questões 4 e 5**Acesso à justiça e o moderno**

1 O juiz é o agente mais reverenciado do sistema de acesso à justiça e freqüentemente é visto como uma autoridade distante da realidade, um ser asséptico e afastado dos seus, com a terrível e temível missão de julgar iguais, o que lhe impede de ser percebido como um deles. Historicamente os juizes sempre foram vistos como aplicadores do direito posto à sua disposição, o que os colocou na condição de mitos e não de seres humanos dotados de sentimentos.

10 Não é mais possível aceitar essa visão. O juiz moderno não tem apenas um papel profissional, de intérprete e aplicador da lei, especialmente da lei estatal. Deve, sobretudo, envolver-se, institucional e individualmente, com a tarefa de criação e mediação na comunidade, pois não pode esquecer que, quando decide, está dizendo o direito das pessoas. Espera-se do juiz uma atuação, como cidadão, no sentido de ampliar os espaços democráticos, pondo seus conhecimentos a serviço da comunidade, criando, modificando e aperfeiçoando técnicas que possam atender aos anseios sociais.

22 O exame dos sentimentos morais predominantes na sociedade e a análise das condições econômicas e sociais reinantes, aliados à vontade das partes, devem representar um modelo de comportamento a ser seguido pelo juiz moderno. Este precisa, pois, adotar uma postura crítica como intérprete do direito, de forma a aproximar lei e direito, segurança jurídica e justiça, pugnando pela redução das desigualdades sociais, por uma melhor divisão da riqueza, pela harmonização dos interesses privados antagônicos, pelo justo equilíbrio das relações jurídicas e pelo abrandamento do direito individual sobre o direito da coletividade.

Francisco das C. Lima Filho. **Acesso à justiça e o moderno.**
In: **Correio Braziliense** (com adaptações).

QUESTÃO 4

Com relação às estruturas do texto II e considerando a Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ No primeiro parágrafo, a voz passiva em “é visto” (l.2) e “foram vistos” (l.6) foi usada para omitir os agentes da ação verbal, entre os quais se encontra o autor do texto.
- ❷ Imediatamente após a expressão “seus” (l.4), deve-se pressupor o vocábulo **amigos**, para que o período tenha sentido.
- ❸ Na linha 16, a expressão “como cidadão” refere-se ao pronome “se”, que, por sua vez, tem como referente qualquer cidadão que espere dos juizes uma atuação mais eficaz na sociedade.
- ❹ No estado do Acre, o magistrado ingressa na carreira como juiz de direito de primeira entrância, mediante aprovação em concurso de provas e títulos e nomeação pelo presidente do tribunal de justiça.
- ❺ Para que possa evitar decisões parciais e contribuir, assim, para o justo equilíbrio das relações jurídicas, o juiz de direito é protegido por norma que o impede de atuar em causa em que seja parte cônjuge ou parente seu até o terceiro grau.

QUESTÃO 5

Considerando os processos coesivos do texto II, as idéias nele apresentadas e a Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens seguintes.

- ❶ A expressão “essa visão” (l.10) remete à idéia principal do primeiro parágrafo do texto, segundo a qual o juiz é muitas vezes visto como uma autoridade distante da realidade e um ser diferente dos demais seres humanos.
- ❷ Com o objetivo primeiro de zelar pela segurança jurídica e pela justiça, um juiz de direito poderá atuar a qualquer momento, independentemente da iniciativa de partes ou interessados.
- ❸ Mantêm-se as relações sintático-semânticas ao se substituir o vocábulo “pois” (l.25) por **logo**.
- ❹ O uso de “pelo”, nas linhas 24 e 29, é exigido para indicar o agente das ações verbais de “seguido” (l.24) e “pugnando” (l.27), respectivamente.
- ❺ A expressão “de forma a” (l.26) introduz uma consequência possível do conteúdo da oração “Este precisa, pois, adotar uma postura crítica como intérprete do direito” (l.25-26).

Texto III – questões de 6 a 8

A figura abaixo ilustra uma janela do Word 2000 que contém parte de um texto extraído da página *Web* http://www.tj.ac.gov.br/proj_cid/.

**QUESTÃO 6**

Considerando a figura mostrada no texto III, julgue os itens subseqüentes, acerca do Word 2000.

- ❶ Para se eliminar o primeiro parágrafo do texto, é suficiente clicar imediatamente após “esportivas.”; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; arrastar o *mouse* de forma que o seu cursor seja posicionado antes do artigo “O”, no início do referido parágrafo; liberar o botão esquerdo do *mouse* e, a seguir, pressionar a tecla **Backspace**.
- ❷ Para se inserir, no documento em edição, uma tabela do Excel 2000 com estatísticas do Projeto Cidadão, é suficiente pressionar o cursor do *mouse* no ponto de inserção desejado; no menu **Inserir**, clicar a opção Planilha do Excel; editar a planilha com os dados desejados; finalmente, clicar OK.
- ❸ Existe recurso no Word 2000 que permite imprimir apenas o primeiro parágrafo do texto mostrado na figura.
- ❹ Sabendo-se que o título do texto está com a fonte em negrito, para remover essa formatação, é suficiente: clicar imediatamente após o termo “Cidadão”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; teclar **Home**; liberar a tecla **Shift**; clicar **¶**.
- ❺ Ao se clicar o botão **Ctrl+N**, uma nova página em branco será acrescentada ao documento em edição.

QUESTÃO 7

Considerando ainda a figura mostrada no texto III e as estruturas e expressões do texto “O Projeto Cidadão”, julgue os itens que se seguem.

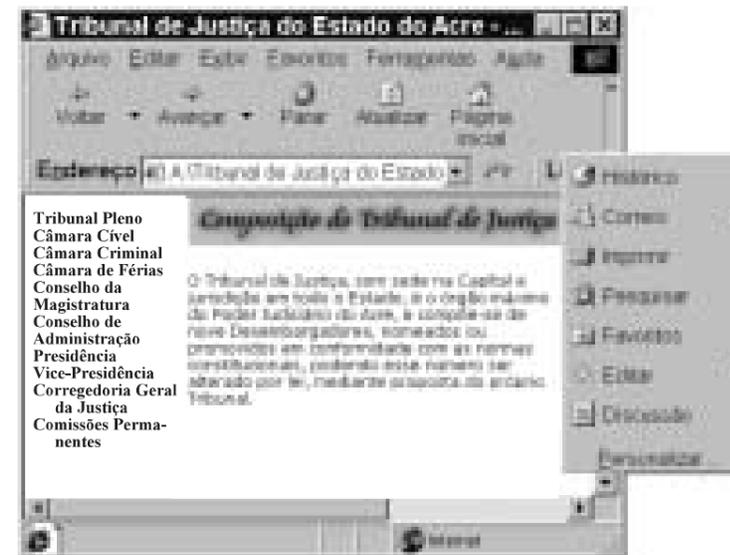
- 1 Ao se realizar a seguinte seqüência de ações, mantêm-se o sentido original e a correção gramatical do texto mostrado na figura: selecionar o trecho “, de forma rápida e desburocratizada”, entre a terceira e a quarta linhas do primeiro parágrafo; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **X**; liberar a tecla **Ctrl**; posicionar o ponto de inserção imediatamente após a palavra “documentação”, na terceira linha do primeiro parágrafo do texto; clicar ; teclar .
- 2 Com o ponto de inserção posicionado imediatamente antes da palavra “gratuita” — na terceira linha do primeiro parágrafo do texto —, não haveria alteração do sentido original do texto mostrado na figura nem incorreção gramatical, caso a seguinte seqüência de ações fosse realizada: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar três vezes consecutivas a tecla , liberando, em seguida, a tecla **Ctrl**; teclar sucessivamente **P**, **A**, **R**, **A** e, finalmente, a barra de espaço.
- 3 Ao se selecionar o trecho “Ele s”, no segundo período do primeiro parágrafo, clicar , teclar **Caps Lock** e, em seguida, teclar **S**, será mantida a coesão do texto mostrado na figura.
- 4 Mantêm-se corretos o sentido original e a correção gramatical do texto ao se substituir o segundo período por **Tal projeto surgiu da preocupação de reverter um dado do IBGE: estatísticas mostravam que em 1995, cerca de 68% dos habitantes do estado, não possuíam nenhum tipo de registro legal.**
- 5 No texto, o adjetivo “médico-odontológico” — na penúltima linha do primeiro parágrafo — equivale semanticamente a **médico e odontológico.**

QUESTÃO 8

Considerando a Lei Complementar n.º 47/1995 e com relação ao correto emprego da pontuação, à manutenção do sentido original do texto “O Projeto Cidadão” e às expressões nele utilizadas, julgue os itens seguintes.

- 1 Presentes no texto, os vocábulos “reverter” e “retirada” caracterizam-se, ambos, em razão do prefixo “re-” que os forma, por uma noção de repetição da ação verbal.
- 2 Nas quatro últimas linhas do primeiro parágrafo do texto, o trecho “que garantem (...) esportivas.” pode ser corretamente reescrito assim: **que asseguram a pessoas do interior e da capital a possibilidade de retirar documentação gratuita, fazer consultas jurídicas, obter atendimento médico-odontológico, participar de palestras educativas e de atividades culturais e esportivas.**
- 3 No início do segundo parágrafo do texto, em vez de dois-pontos, também seria correto o emprego da expressão “tal como”, desde que estivesse entre vírgulas.
- 4 Rio Branco, onde a parceria com a prefeitura possibilitou ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre iniciar as atividades do Projeto Cidadão, é uma comarca de entrância especial, em que as atribuições dos juízes de direito são exercidas mediante distribuição.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Um magistrado foi convidado a explicar o funcionamento da justiça no estado do Acre. Tal pronunciamento ocorrerá durante as atividades do Projeto Cidadão e será transmitido pelo rádio para as localidades mais distantes.
Nessa situação, em face do princípio constitucional da liberdade de expressão de que goza o Poder Judiciário, o magistrado poderá manifestar livremente sua opinião a respeito de decisões judiciais tomadas no estado, inclusive por meio de críticas e juízos depreciativos.

QUESTÃO 9



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer 5 que está sendo executada em um microcomputador cujo sistema operacional é o Windows 98. Na janela mostrada, uma página obtida no site <http://www.tj.ac.gov.br>, do TJAC, está sendo exibida. O conteúdo dessa página refere-se à composição do TJAC. A partir dessa figura, julgue os itens que se seguem, relativos à Internet, ao Internet Explorer 5 e à composição do TJAC.

- 1 Sabendo-se que as informações contidas no campo do Internet Explorer 5 referem-se à página mostrada na figura, é correto concluir que o acesso a essa página está sendo realizado em modo *off-line*.
- 2 Sabendo-se que Câmara de Férias constitui um *hyperlink*, então ao clicá-lo, um procedimento de acesso a uma página associada a esse *hyperlink* será iniciado, e, caso essa página corresponda a uma página da Câmara de Férias do TJAC e o processo de acesso se concretize, será acessada uma página de um órgão do TJAC de cuja composição não fazem parte o presidente do TJAC e o corregedor geral da justiça.
- 3 Ao se clicar , será exibida, na janela do Internet Explorer 5, a primeira página acessada na sessão de uso atual do Internet Explorer 5.
- 4 Por meio de , pode-se definir a página mostrada na figura como uma das páginas favoritas do Internet Explorer 5.
- 5 Ao se clicar , será aberta uma caixa de diálogo que permite a procura de determinada palavra no escopo da página mostrada.

QUESTÃO 10

Com relação à Lei Complementar n.º 47/1995, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os desembargadores do TJAC são, na sua maioria, juízes de carreira escolhidos pelo tribunal pleno, aos quais se somam aqueles originários do Ministério Público e da carreira advocatícia, que ocupam um quinto das vagas de desembargador, em obediência ao determinado pela Constituição da República.
- 2 As decisões de juízes da infância e da juventude podem ser questionadas mediante recursos a serem apreciados pelo conselho da magistratura estadual, cujos julgamentos, por sua vez, podem ser objeto de recurso com efeito suspensivo para o tribunal pleno.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Um juiz de direito do estado do Acre, após cinco anos de efetivo cumprimento de suas funções em comarca do interior, viu seu filho envolvido com os vícios de embriaguez e jogos de azar, fato que chegou ao conhecimento do corregedor geral da justiça.
Nessa situação, o juiz poderá ser removido por interesse público, mediante voto de dois terços dos membros do tribunal pleno.
- 4 O magistrado em disponibilidade, salvo quando esta for punitiva, terá direito a receber seus vencimentos integrais e vantagens incorporáveis e não será prejudicado quanto à contagem de tempo de serviço. No entanto, ficará inelegível para concorrer à promoção por antiguidade durante o período em que se encontrar em disponibilidade.
- 5 Para que determinada comarca no interior do Acre, classificada como de primeira entrância, possa ser elevada à segunda entrância, é suficiente que haja, na comarca, população mínima de oito mil habitantes e pelo menos três mil eleitores, e que a arrecadação de tributos estaduais nessa comarca seja igual ou superior a duas vezes o mínimo exigido para a criação de municípios no estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Acerca dos partidos e direitos políticos previstos na Constituição da República de 1988, julgue os itens que se seguem.

- 1 Um partido político legalmente constituído possui natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- 2 Os partidos políticos podem se utilizar de organização paramilitar para definição de suas funções ideológicas e de sua estrutura interna.
- 3 A Constituição da República adotou a organização partidária chamada bipartidarismo.
- 4 André, residente e domiciliado em Rio Branco – AC, completará dezessete anos de idade no dia nove de setembro deste ano. Nesse caso, o voto será facultativo para André nas eleições presidenciais de 2002.
- 5 Um cidadão residente e domiciliado no interior do Acre, com dezenove anos de idade e filiado a um partido político, poderá candidatar-se a deputado estadual.

QUESTÃO 12

Julgue os itens abaixo à luz da doutrina dos atos administrativos e da Constituição da República.

- 1 Considerando que, segundo dispositivo constitucional, a nomeação do procurador-geral da República pelo presidente da República depende de prévia aprovação do Senado Federal, é correto afirmar que tal nomeação é um ato composto.
- 2 Ato simples é aquele que depende da vontade de apenas um órgão da administração pública, não importando que seja órgão simples ou colegiado.
- 3 Um decreto presidencial que tenha sido elaborado em março de 2002 e que esteja aguardando publicação é considerado um ato imperfeito, pois não está apto a produzir efeitos jurídicos.
- 4 Um ato administrativo perfeito, ao completar o seu ciclo de formação, não poderá ser considerado inválido pelo Poder Executivo.
- 5 Um servidor público federal não poderá provocar o Poder Judiciário mediante mandado de segurança para anular ato administrativo que lhe tenha atingido diretamente.

QUESTÃO 13

À luz do direito administrativo brasileiro e da Constituição da República de 1988, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Se, por motivo de ordem interna, uma empresa não concluir totalmente obra contratada por um estado da Federação, nessa hipótese, diante da inexecução total do contrato, a administração poderá aplicar sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo indeterminado.
- 2 A administração pública tem a prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos, não havendo necessidade de submeter, em seguida, à chancela do Poder Judiciário a anulação ou revogação.
- 3 Os contratos administrativos devem seguir o princípio *pacta sunt servanda*, não havendo previsão de rescisão pela via judicial.
- 4 Um servidor público que, após aprovação em concurso público em janeiro de 1998, tiver sido nomeado e entrado em efetivo exercício em março desse mesmo ano terá adquirido o direito à estabilidade em abril de 2000.
- 5 A Emenda Constitucional n.º 20/98 assegurou aos servidores titulares de cargos efetivos dos estados o regime de previdência de caráter contributivo, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial.

QUESTÃO 14

Em relação aos princípios fundamentais previstos na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 1 Um cidadão que cometer o crime de racismo estará sujeito à pena de reclusão, não cabendo, nesse caso, pena de banimento e(ou) de trabalhos forçados.
- 2 No âmbito federal, a apuração de crime de grande repercussão na sociedade admite a prática de tortura e(ou) de escuta telefônica, mediante autorização expressa do juiz competente.
- 3 Provas obtidas por meios ilícitos poderão ser admitidas no processo criminal na hipótese de crime de tráfico internacional de entorpecentes.
- 4 Os princípios do contraditório e da ampla defesa são garantias dos litigantes nos processos judiciais e nos processos administrativos.
- 5 O erro judiciário não é indenizável pelo Estado em razão da plenitude de defesa e do sigilo das votações garantidas na instituição do júri.

QUESTÃO 15

Acerca do Poder Judiciário na Constituição da República de 1988, julgue os itens seguintes.

- 1 É obrigatória a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases dos concursos públicos de provas e títulos para o ingresso na carreira de juiz substituto.
- 2 É assegurado aos juizes titulares o recebimento de custas em mandado de segurança coletivo.
- 3 Os juizes receberão participação em processo de reintegração de posse após análise do presidente do tribunal de justiça estadual, que emitirá parecer.
- 4 Recursos cíveis dos juizados especiais serão apreciados pelas turmas dos tribunais de justiça, cabendo às turmas de juizes de primeiro grau o julgamento dos recursos das infrações penais.
- 5 Tribunais de justiça estaduais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

QUESTÃO 16

Em ação reivindicatória proposta pelo adquirente do bem imóvel contra os ocupantes do mesmo — respectivamente, João e Pedro —, determinada a citação dos réus, apenas João contestou, no 30.º dia do prazo, patrocinado pela defensoria pública, suscitando, em preliminar, sua ilegitimidade passiva *ad causam*, já que exercera a posse em nome de seu patrão, Pedro, este, sim, o verdadeiro possuidor do imóvel. O juiz acolheu a preliminar, abrindo vista à parte autora, que requereu o julgamento antecipado da lide, frente à revelia de Pedro, e agravou do despacho que excluiu João da lide. O juiz, julgando antecipadamente a lide, decretou a revelia de Pedro e acolheu o pedido do autor, imitando-o na posse do imóvel. Publicada a sentença no órgão oficial, Pedro interpôs apelação no 28.º dia do prazo, arguindo a nulidade da sentença que reconheceu a revelia, já que, havendo litisconsórcio, o primeiro réu contestou a ação, o que elidiu os efeitos da revelia.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 1 O recurso contra a sentença final foi tempestivo, pois, havendo litisconsórcio, em qualquer hipótese o prazo recursal é contado em dobro.
- 2 A sentença está correta na parte em que decretou a revelia de Pedro, pois o litisconsórcio, na hipótese, não elide os efeitos da revelia.
- 3 O recurso de agravo interposto pelo autor não deve ser conhecido, já que cabível no caso a apelação, pois, com a exclusão de João do feito, rompeu-se a relação jurídico-processual entre este e o autor, extinguindo-se o processo entre eles.
- 4 Ainda que o juiz de primeiro grau entenda ser intempestiva a apelação, não poderá deixar de recebê-la, pois o juízo de admissibilidade dos recursos é feito em instância superior.
- 5 Se o juiz, convencido das razões de apelação de Pedro, entender que não ocorreu a revelia, pois o co-réu havia contestado a ação, poderá decretar a nulidade do feito, reabrindo o prazo para oferecimento de contestação.

QUESTÃO 17

Joana, com 25 anos de idade, e Antônio, com 30 anos, casados entre si, sob o regime da comunhão de bens, foram mortos em razão de um assalto ocorrido no interior de uma agência bancária. O casal, que não tinha filhos nem ascendentes vivos, deixou bens a inventariar. O cônjuge virago morreu no local do crime e o varão, horas mais tarde, no hospital. Os parentes mais próximos dos falecidos são Renato, irmão de Joana; Tiago, irmão de Antônio; Priscila e Cíntia, filhas de Carlos, irmão já falecido de Antônio.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes, relativamente à sucessão *causa mortis*.

- 1 Renato nada herdar, pois Antônio sucedeu a Joana.
- 2 O irmão de Antônio, Tiago, receberá 50% dos bens pertencentes a Antônio.
- 3 A viúva de Carlos nada receberá dos bens pertencentes a Antônio, pois, na hipótese, não herda por representação.
- 4 As filhas do irmão pré-morto de Antônio terão direito a parte da herança, pois, na linha colateral, herda-se por estirpe.
- 5 Na hipótese em apreço, caso as mortes tivessem sido simultâneas e não fosse possível determinar qual dos cônjuges falecera primeiro, presumir-se-ia que a morte do mais velho acontecera antes da morte do mais novo.

QUESTÃO 18

No que se refere ao direito processual civil, julgue os itens abaixo.

- 1 Com a reforma do Código de Processo Civil, a interposição do recurso de apelação não faculta ao juízo prolator da sentença a retratação da decisão impugnada.
- 2 O ato judicial que indefere a inicial antes da citação do réu deve ser impugnado por embargos de declaração ou mandado de segurança, pois ainda não se aperfeiçoou a relação jurídico-processual.
- 3 Não fazem coisa julgada os motivos da sentença, ainda quando importantes para determinar o alcance de sua parte dispositiva.
- 4 Contra a decisão do juiz que rejeita a exceção de incompetência oposta pelo réu é cabível o recurso denominado conflito positivo de competência, a ser dirimido pelo tribunal de justiça.
- 5 É irrecurável a decisão que recebe a apelação, ainda que intempestiva.

QUESTÃO 19

Julgue os itens seguintes.

- ❶ O juiz que decidir uma ação de alimentos terá a sua competência prorrogada, por conexão, para julgar a ação de revisão dos alimentos previamente fixados.
- ❷ O Ministério Público somente tem legitimidade e interesse para recorrer nos processos em que for parte, mas não naqueles em que officiar como fiscal da lei. Nestes, somente poderá ofertar parecer, opinando sobre o recurso interposto pela parte vencida.
- ❸ Se o recurso vier a ser conhecido pelo tribunal, ainda que seja improvido, e, assim, mantida a decisão proferida pela instância *a quo*, o acórdão proferido pela instância *ad quem* substituirá integralmente a decisão da instância inferior.
- ❹ No mandado de segurança, o despacho que notifica a autoridade administrativa para prestar informações deverá, obrigatoriamente, sob pena de nulidade, determinar a citação da pessoa jurídica de direito público a que se vincule a autoridade coatora.
- ❺ A ação cautelar pode ser proposta antes ou no curso da ação principal, e é processada, de regra, em autos apartados.

QUESTÃO 20

Em execução provisória de sentença proferida em ação de alimentos, pelo rito da constrição patrimonial, citado o devedor para pagar ou oferecer bens à penhora, este, seguro o juízo, interpôs embargos à execução, alegando inexigibilidade do título, pois a sentença ainda não havia transitado em julgado.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Na hipótese, é cabível a execução provisória da sentença que fixa alimentos, porque a apelação contra ela interposta é sempre recebida em seu efeito devolutivo.
- ❷ O rito da constrição patrimonial adotado pelo exeqüente é impróprio, pois os alimentos somente podem ser executados por rito especial, com o pedido de prisão do alimentante.
- ❸ Os embargos do devedor deverão ser interpostos no prazo de dez dias, contados da juntada aos autos da prova da intimação da penhora; recebidos pelo juiz, suspendem a execução.
- ❹ Se, posteriormente, finda a execução, a sentença for reformada em segundo grau, com a redução do *quantum* fixado a título de alimentos, o alimentante poderá compensar o valor pago a mais, deduzindo-o das prestações vincendas.
- ❺ Julgados improcedentes os embargos do devedor, e, portanto, prosseguindo a execução, contra aquela decisão será cabível o recurso de apelação retido.

QUESTÃO 21

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um cidadão brasileiro expediu, de Rio Branco – AC, uma carta-bomba para Pablo, cidadão argentino residente em Bogotá, Colômbia. Pablo morreu ao abrir o artefato em sua residência. Nessa situação, e para os efeitos de eventual crime, o remetente não poderá ficar sujeito à lei penal brasileira, mas sim à lei penal colombiana ou argentina, conforme disponham as legislações desses países.
- ❷ Bruno, resolvido a matar Júlio, armou-se de uma pistola carregada com doze projéteis, mas, após efetuar um único disparo contra Júlio, arrependeu-se sinceramente dos seus atos e desistiu de prosseguir na execução do crime. Júlio, contudo, faleceu quinze dias após, em decorrência do disparo efetuado por Bruno. Nessa situação, Bruno não poderá beneficiar-se dos institutos da desistência voluntária nem do arrependimento eficaz.
- ❸ Pedro sofreu investida de José, que pretendia matá-lo. Pedro reagiu e matou José. Nessa situação, Pedro somente deverá ter reconhecida em seu favor a legítima defesa de direito próprio se houver matado José com intenção de se defender, mas sem querer nem assumir o risco desse resultado.
- ❹ Um empregado resolveu apropriar-se de numerário que ficava sob sua guarda em loja que gerenciava. Contudo, após várias cogitações, não se animava a executar o seu desiderato. Por isso, resolveu embriagar-se para dar cabo ao seu propósito, o que conseguiu, em estado de completa inconsciência. Nessa situação, mesmo em estado de inconsciência, o empregado será considerado imputável.
- ❺ Carlos, Sílvio e Selênio resolveram cometer um crime de furto a residência e o fizeram. Carlos abriu o imóvel com uma gazuca, Sílvio ingressou no imóvel e subtraiu vários bens e Selênio apenas os acompanhou para, de fora do imóvel, avisar de eventual aproximação de estranhos, o que não ocorreu. Nessa situação, Carlos e Sílvio cometeram crime de furto, mas Selênio, por falta de ato de execução ou auxílio material, não cometeu esse crime.

QUESTÃO 22

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um indivíduo plenamente imputável, e que assim se conservou até a data da sentença penal condenatória, cometeu crime. Nessa situação, não há hipótese de, nessa sentença, se converter eventual pena de prisão a ser aplicada em medida de segurança.
- ❷ Um indivíduo, mediante mais de uma ação, praticou dois crimes, sendo um doloso e um culposo. Nessa situação, não poderá ser aplicada ao indivíduo a regra do concurso material, devido à falta de homogeneidade do elemento anímico com o elemento normativo (dolo e culpa).
- ❸ Célio, após ser condenado por decisão transitada em julgado em 15/11/1990, a vinte anos de reclusão por crime de homicídio qualificado que cometeu aos vinte anos de idade, fugiu do distrito da culpa, somente sendo encontrado pela polícia em 11/7/2002. Nessa situação, prescreveu, a partir da referida data o direito de o Estado executar a pena a que Célio foi condenado.
- ❹ Um indivíduo subtraiu, para si, uma planta rara e valiosa do jardim de outrem. Nessa situação, o indivíduo deverá responder, se for o caso, por crime de dano, mas não deverá ser responsabilizado por crime de furto.
- ❺ Lauro imputou a Lucas a prática de fato descrito como crime. Ocorre que Lucas é louco e, portanto, inimputável. Nessa situação, contudo, a insanidade de Lucas não desautoriza a configuração do crime de calúnia.

QUESTÃO 23

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um indivíduo foi condenado pela prática de crime em decisão na qual o julgador, suspeitando da prova produzida em juízo, apoiou-se única e exclusivamente na prova produzida no inquérito policial. Nessa situação, foi indevido o decreto condenatório.
- ❷ Um indivíduo foi vítima de crime de homicídio em sua forma tentada. Decorridos trinta dias da conclusão e recebimento do inquérito policial pelo Ministério Público sem que fosse apresentada denúncia, o indivíduo, por meio de advogado devidamente constituído, apresentou queixa-crime. Nessa situação, a queixa-crime deverá ser rejeitada, porque se está diante de um crime de ação penal pública incondicionada, de titularidade exclusiva do Ministério Público.
- ❸ Júnior, após furtar Aldo, adquiriu um apartamento, em Rio Branco, com o produto do crime. Nessa situação, caso se proponha o seqüestro do bem adquirido, esse deverá ser ajuizado perante o mesmo juiz competente para julgar o processo criminal.
- ❹ Um indivíduo, processado por crime requereu a produção de prova que imputou imprescindível à prova da sua inocência. Nessa situação, não caberá o indeferimento do requerido, por imposição do princípio da verdade real que norteia o processo penal.
- ❺ Um indivíduo teve, contra si, ofertada denúncia por crime que deixa vestígio sem que fosse elaborado exame de corpo de delito direto ou indireto e sem que houvesse justificativa para essa falha. Nessa situação, a peça acusatória não deve ser recebida.

QUESTÃO 24

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um indivíduo acha-se processado por crime. Nessa situação, estará justificado o advento de uma sentença penal condenatória se embasada, precipuamente, na denominada prova indiciária.
- ❷ Um promotor de justiça ofereceu denúncia que coube, por distribuição, a determinada juíza. Ambos foram casados por sete anos e achavam-se, agora, divorciados. Nessa situação, a juíza não está impedida de apreciar a denúncia ofertada pelo promotor de justiça.
- ❸ Manoel cometeu um crime e, no curso do inquérito policial, quando sobre ele pesavam fundadas suspeitas da autoria do crime, uma testemunha demonstrou, ao juiz competente para a futura eventual ação penal, que estava sendo ameaçada por Manoel. Nessa situação, não poderá o juiz, de ofício, decretar a prisão temporária de Manoel.
- ❹ Um indivíduo cometeu um crime e, dez dias depois, sem que fosse localizado, apresentou-se, espontaneamente à autoridade policial. Nessa situação, o indivíduo não poderá ser preso em flagrante, nem deverá ter decretada a sua prisão preventiva, por fato anterior à sua apresentação.
- ❺ Proposta ação penal contra um indivíduo por crime cometido em 2/2/2000, não foi ele encontrado, pelo oficial de justiça, para ser citado para interrogatório. Nessa situação, deverá o juiz suspender o processo e o curso do prazo prescricional.

QUESTÃO 25

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Ao apresentar defesa prévia, em processo comum ou ordinário, o defensor do acusado arrolou dez testemunhas, entre as quais a vítima e o pai do acusado, que deporiam sem prestar compromisso. Nessa situação, a lei processual permite que todas as testemunhas sejam ouvidas.
- ❷ Ao decidir sobre a pronúncia de acusada que respondia por crime de infanticídio, o julgador entendeu provado que o fato (morte do neonato) não ocorrera. Nessa situação, o julgador deverá absolver, sumariamente, a ré.
- ❸ Um indivíduo recorreu de sentença penal que o condenara a pena de reclusão de seis anos, pela prática de crime. Antes de ser julgado o recurso, ele foi beneficiado por indulto. Nessa situação, acha-se prejudicado o recurso interposto.
- ❹ César foi condenado, pelo tribunal do júri, às penas de dez e quinze anos de reclusão, pela prática de dois crimes de homicídio, tendo sido reconhecido concurso material de crimes. Nessa situação, César não terá direito a novo júri em decorrência de protesto.
- ❺ Prolatada sentença penal condenatória, o acusado recorreu da decisão e pleiteou direito a liberdade provisória mediante fiança. Nessa situação, mesmo tendo recorrido da decisão, o acusado não tem direito à liberdade provisória pleiteada.